

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO
PAULO - METRÔ
PROJETO DE EXPANSÃO DA LINHA 5 LILÁS DO
METRÔ DE SÃO PAULO

Contrato de empréstimo BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento
nº 2.305/OC - BR

Relatórios financeiros e auditoria externa do
programa
Em 03 de março de 2021

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

PROJETO DE EXPANSÃO DA LINHA 5 LILÁS DO METRÔ DE SÃO PAULO
BID - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2.305/OC -BR

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras básicas

Demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre o Sistema de Controle Interno

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS

Aos
Administradores da
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô - Projeto de Expansão da Linha 5 Lilás do Metrô de São Paulo
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos a demonstrações financeiras do Projeto de Expansão da Linha 5 - Lilás do Metrô de São Paulo - Trecho Chácara Klabin, executado pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô (órgão executor do projeto) e financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 2.305/OC do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Governo do Estado de São Paulo, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa correspondente ao período de 14 meses e 03 dias findo em 03 de março de 2021, a Demonstração de Investimentos Acumulados em 03 de março de 2021, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, elaboradas pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô (órgão executor do projeto).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Programa do projeto de Expansão da Linha 5 - Lilás do Metrô de São Paulo - Trecho Chácara Klabin, em 03 de março de 2021, de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na Nota Explicativa nº 6.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação - ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração da demonstração financeira

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção sobre a Nota Explicativa nº 7.2 das Demonstrações Financeiras, na qual se descreve sua base de elaboração. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas para fornecer informações sobre o Projeto, no cumprimento dos requisitos estabelecidos no contrato de Empréstimo/Carta de Convênio nº 2.305/OC-BR. Consequentemente, as Demonstrações Financeiras podem não servir para outra finalidade.

Entretanto, esse relatório pode converter-se em documento público, caso em que a sua distribuição não seria limitada.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Programa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na Nota Explicativa nº 6, com os requerimentos estabelecidos na Cláusula nº 5.02 do Contrato de Empréstimo nº 2.305/OC-BR e no Instrutivo de Relatórios Financeiros Auditados e Gestão de Auditoria Externa das operações financiadas pelo BID. Isso inclui determinar que a base contábil de recebimentos e pagamentos é uma base aceitável para a elaboração da demonstração contábil nas circunstâncias, assim como para os controles internos que a Administração determinou serem necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação de continuidade do Programa, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o mutuário pretenda encerrá-lo ou cessar as suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do projeto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do projeto;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Programa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Programa a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021.

**PROJETO/PROGRAMA - BR-L1227**
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID - 2305/OC-BR**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA**
(Expresso em USD)

	Período encerrado em 03/03/2021		
	BID	Contrapartida	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS			
Acumulado no início do período	454.437.699,40	129.323.499,66	583.761.199,06
Saldo acumulado no início do período		- 1.834.470,81	- 1.834.470,81
Durante o período			
- Desembolsos (Antecipações / Fundo Rotativo, reembolsos, pagamentos diretos e reembolso contra garantia de carta de crédito)	26.520.300,60	15.665.048,36	42.185.348,96
- Outros (detalhar)			
Juros recebidos - Rendimentos			
- Acumulado no início do período		1.834.470,81	1.834.470,81
- No período		312.733,60	312.733,60
- Aplicação de rendimentos (Notas explicativas - Item 10 - Fatos relevantes)		- 2.767.492,48	- 2.767.492,48
- Ajuste cambial {(taxa câmbio 2019/taxa câmbio 2020)<=>(4,0301/5,7336)}		775.420,22	775.420,22
- Ajuste cambial {(taxa câmbio 2018/taxa câmbio 2019)<=>(3,8742/4,0301)}			
- Total de rendimentos		155.132,15	155.132,15
Total Recursos Recebidos	480.958.000,00	143.309.209,36	624.267.209,36
DESEMBOLSOS EFETUADOS			
Acumulado no início do período	- 433.497.835,61	- 127.489.028,84	- 560.986.864,46
Durante o período	- 42.524.562,85	- 15.665.048,36	- 58.189.611,21
- Solicitação de Desembolso/Justificativa de desembolso apresentada ao BID	- 41.766.046,61	- 20.311.190,00	- 62.077.236,61
- Despesas apresentadas após 03/03/2021 - Justificativa 66	- 3.079.333,78	- 19.960,92	- 3.099.294,70
- Despesas efetuadas em 2019 e apresentadas em 2020 - Justificativa 58	2.320.817,54	4.666.102,56	6.986.920,10
- Despesas efetuadas em 2018 e apresentadas em 2019 - Justificativa 51			
Total Desembolsado	-476.022.398,46	-143.154.077,20	-619.176.475,67
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	4.935.601,54	155.132,15	5.090.733,69

	Período encerrado em 31/12/2019		
	BID	Contrapartida	TOTAL
	433.437.699,40	110.406.309,66	543.844.009,06
		- 567.362,98	- 567.362,98
	21.000.000,00	17.650.082,17	38.650.082,17
		567.362,98	567.362,98
		1.289.055,64	1.289.055,64
		- 21.947,81	- 21.947,81
		1.834.470,81	1.834.470,81
	454.437.699,40	129.323.499,66	583.761.199,06
	- 402.500.212,55	- 109.838.946,67	- 512.339.159,23
	- 30.997.623,06	- 17.650.082,17	- 48.647.705,23
	- 33.224.006,02	- 16.009.041,07	- 49.233.047,09
	- 2.320.817,54	- 4.666.102,56	- 6.986.920,10
	4.547.200,50	3.025.061,46	7.572.261,96
	-433.497.835,61	-127.489.028,84	-560.986.864,46
	20.939.863,79	1.834.470,81	22.774.334,60

São Paulo, 25 de março de 2021

WILSON BANDEIRA DE
MOURA:10149671806Assinado de forma digital por
WILSON BANDEIRA DE
MOURA:10149671806
Dados: 2021.03.25 18:22:42 -03'00'WILSON BANDEIRA DE MOURA
Contador
CRC 1SP-223.198/O-1ERALDO RUBENS
RETT:065531128Assinado de forma digital
por ERALDO RUBENS
RETT:06553112894
Dados: 2021.03.25 17:17:32ERALDO RUBENS RETT
Gerente de Planejamento FinanceiroAssinado digitalmente por RENATO PALMA
FERREIRA:26615406870
DN: cn=RENATO PALMA FERREIRA:26615406870 c=BR
o=ICP-Brasil ou=48066047000184
Data: 2021-03-31 16:45-03:00RENATO PALMA FERREIRA
Diretor de Finanças

PROJETO/PROGRAMA - BR-L1227
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID - 2305/OC-BR
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Exercício: 2020 até 03/03/2021
(Expresso em USD)

Categorias de Inversão	Orçamento Vigente			Movimento do Exercício de 2020 e Movimento do Exercício de 2021 até 03/03/2021			Acumulado até 03/03/2021			ORÇAMENTO A REALIZAR		
	BID	LOCAL	Total do Projeto	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	Total do Projeto
1-MATERIAL RODANTE	-	767.400,00	767.400,00	-	-	-	-	767.400,00	767.400,00	-	0,00	0,00
1.2. Supervisão	-	767.400,00	767.400,00	-	-	-	-	767.400,00	767.400,00	-	0,00	0,00
1.2.2. Supervisão e acompanhamento 26 trens	-	767.400,00	767.400,00	-	-	-	-	767.400,00	767.400,00	-	0,00	0,00
2-SISTEMAS METROVIÁRIOS	211.850.200,24	103.385.690,00	315.235.890,24	15.558.799,23	15.595.014,32	31.153.813,55	206.945.566,41	104.180.764,54	311.126.330,96	4.904.633,84	795.074,54	4.109.559,29
2.1 Telecomunicações e Controle	19.651.504,36	2.841.000,00	22.492.504,36	762.912,63	169.037,14	931.949,77	18.319.844,77	2.441.048,57	20.760.893,34	1.331.659,59	399.951,43	1.731.611,02
2.2 Alimentação Elétrica	91.375.252,00	57.193.690,00	148.568.942,00	2.388.297,59	13.252.897,50	15.641.195,09	90.562.058,69	59.702.302,15	150.264.360,83	813.193,31	2.508.612,15	1.695.418,83
2.3 Sistemas Auxiliares	100.823.443,88	571.000,00	101.394.443,88	12.407.589,01	-	12.407.589,01	98.063.662,95	570.684,23	98.634.347,18	2.759.780,93	315,77	2.760.096,71
2.4. Supervisão de Sistemas	-	42.780.000,00	42.780.000,00	-	2.173.079,68	2.173.079,68	-	41.466.729,60	41.466.729,60	-	1.313.270,40	1.313.270,40
3-FORTEALECIMENTO INSTITUCIONAL	200.927,00	550.000,00	750.927,00	15.377,00	70.034,04	85.411,04	200.926,81	370.049,03	570.975,85	0,19	179.950,97	179.951,15
3.1. Monitoramento do Impacto sobre a População	-	550.000,00	550.000,00	-	70.034,04	70.034,04	-	370.049,03	370.049,03	-	179.950,97	179.950,97
3.2. Outros Estudos - Serviços de Assessoramento na elaboração da modelagem Financeira de concessão	185.550,00	-	185.550,00	-	-	-	185.549,81	-	185.549,81	0,19	-	0,19
3.3. Pesquisa Ex-post	15.377,00	-	15.377,00	15.377,00	-	15.377,00	15.377,00	-	15.377,00	-	-	-
4. OBRAS CIVIS	268.515.613,68	38.401.310,00	306.916.923,68	26.840.643,31	-	26.840.643,31	268.491.627,76	37.800.049,64	306.291.677,40	23.985,92	601.260,36	625.246,28
4.1. Obras Cíveis	127.401.313,08	38.401.310,00	165.802.623,08	320.342,71	-	320.342,71	127.377.327,16	37.800.049,64	165.177.376,80	23.985,92	601.260,36	625.246,28
4.2. Desapropriação	141.114.300,60	-	141.114.300,60	26.520.300,60	-	26.520.300,60	141.114.300,60	-	141.114.300,60	-	-	-
AUDITORIA	391.259,08	36.000,00	427.259,08	109.743,31	-	109.743,31	384.277,48	35.813,99	420.091,47	6.981,60	186,01	7.167,61
Totais	480.958.000,00	143.140.400,00	624.098.400,00	42.524.562,85	15.665.048,36	58.189.611,21	476.022.398,46	143.154.077,20	619.176.475,67	4.935.601,54	13.677,20	4.921.924,34
Porcentagens	77,1%	22,9%	100,0%				76,3%	22,9%	0,0%	0,8%	0,0%	0,0%

As notas explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações de Investimentos

São Paulo, 25 de março de 2021.

WILSON
BANDEIRA DE
MOURA:1014967
1806

Assinado de forma digital
por WILSON BANDEIRA
DE MOURA:10149671806
Dados: 2021.03.25
18:26:41 -03'00'

WILSON BANDEIRA DE MOURA
Contador
CRC 1SP-223.198/O-1

ERALDO RUBENS
RETT:06553112894

Assinado de forma digital por
ERALDO RUBENS
RETT:06553112894
Dados: 2021.03.25 17:18:03 -03'00'

ERALDO RUBENS RETT
Gerente de Planejamento Financeiro

Assinado digitalmente porRENATO PALMA
FERREIRA:26615406870
DN: cn=RENATO PALMA
FERREIRA:26615406870 c=BR o=ICP-Brasil
ou=48066047000184
Data: 2021-03-31 16:45-03:00

RENATO PALMA FERREIRA
Diretor de Finanças



**PROJETO DE EXPANSÃO DA LINHA 5 – LILÁS
METRÔ DE SÃO PAULO
TRECHO LARGO TREZE – CHÁCARA KLABIN
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2305/OC – BR
BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**

PROJETO LINHA 5 – LILÁS

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
PROGRAMA
AUDITORIA FINANCEIRA
01/01/2020 a 03/03/2021**

MARÇO 2021

1. PROJETO

1.1. PROJETO DE EXPANSÃO DA LINHA 5 – LILÁS DO METRÔ DE SÃO PAULO (PROGRAMA “EXPANSÃO DA LINHA 5 – LILÁS DO METRÔ DE SÃO PAULO, TRECHO LARGO TREZE – CHÁCARA KLABIN”).

A linha - Lilás foi projetada para estabelecer a ligação metroviária entre Capão Redondo ao Sul, e Chácara Klabin, no Centro Expandido, passa pelo subcentro de Santo Amaro, importante polo regional. Tem papel fundamental na estruturação da rede de transporte público metropolitano, conectando-se com as seguintes linhas metroferroviárias: Linha 9 – Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, na Estação Santo Amaro; Linha 1 – Azul do Metrô, na Estação Santa Cruz e Linha 2 – Verde do Metrô, na Estação Chácara Klabin.

Datas da entrega das estações:

- Inaugurada a Estação Adolfo Pinheiro em fevereiro de 2014.
- Início da operação do trecho Alto da Boa Vista- Brooklin - 27/11/17.
- Início da operação do trecho Brooklin–Eucaliptos (exceto Estação Campo Belo) -02/03/18.
- Início da operação do trecho Eucaliptos- Moema - 18/08/18.
- Início da operação do trecho Eucaliptos-AACD-Servidor -31/08/18.
- Início da operação do trecho AACD-Servidor-Chácara Klabin - 28/09/18.
- Início da operação do trecho AACD-Servidor-Chácara Klabin - 13/10/18.
- Início da operação reduzida da Estação Campo Belo – 08/04/2019.

A Linha 5 – Lilás totaliza 19,9 km de extensão, 17 estações, 02 pátios de estacionamento e manutenção e 34 trens e terá uma demanda estimada de 855.420 passageiros/dia, em dez/2020 devido a pandemia a demanda foi de 333.923 passageiros/dia.

Com relação às contratações, o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID possibilitou a implantação de sistemas de alimentação elétrica, auxiliares, escadas rolantes, elevadores, ventilação principal, de telecomunicações e obras complementares (aditivo 2 ao Acordo de Empréstimo, assinado em 26 de abril de 2017), bem como o ressarcimento das despesas decorrentes dos processos de desapropriação para implantação da Linha 5–Lilás, constantes do aditivo 3 assinado em 28 de novembro de 2018.

Em 03 de dezembro de 2019 foi firmada Alteração 04 ao Contrato de Empréstimo, prorrogando o prazo de vigência para 03 de dezembro de 2020 e alterando o quadro de custos com o remanejamento de recursos entre as categorias.

Ressalta-se que nessa Alteração 04, foram incluídos no subcomponente – Sistemas Auxiliares – o fornecimento de um trem esmerilhador (veículo para correção dos perfis dos trilhos, em substituição a um equipamento de 40 anos), um trator multiuso e de um Sistema de Monitoramento Eletrônico – SME 3, que proporciona ações permanentes e imediatas nas questões de segurança pública e operacional, para atender o rede de transporte metroviário, na qual a Linha 5 – Lilás está integrada, fazendo interligação nas estações Santa Cruz (Linha 1 – Azul) e Chácara Klabin (Linha 2 – Verde).

Em 10 de fevereiro de 2021 foi firmada a Alteração 05 ao Contrato de Empréstimo, alterando o quadro de custos com remanejamento entre categorias, possibilitando mais um ressarcimento das despesas decorrentes dos processos de desapropriação para a implantação da Linha 5 - Lilás, conforme demonstrado no item 3.3 deste documento.

1.2. OBJETIVOS GERAIS

A expansão desta linha, interligando a região sul da cidade à rede metroviária, traz um grande potencial de crescimento da demanda em toda sua extensão, atendendo centros comerciais em desenvolvimento (Av. Ibirapuera), complexos hospitalares (Hospital do Servidor Público Estadual, Hospital São Paulo, Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, Hospital e Maternidade Santa Marta, Hospital Edmundo Vasconcelos, Hospital Evaldo Foz, AACD e Hospital Santa Cruz) e, principalmente, pela integração com as Linhas 1 – Azul e 2 – Verde, respectivamente, nas estações Santa Cruz e Chácara Klabin.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os principais objetivos específicos são:

- desenvolvimento de ações e estratégias para melhorar o desempenho do sistema metroviário, de forma a atender a demanda com maior conforto e rapidez no deslocamento da população aos centros urbanos para trabalho, educação, saúde e lazer;
- melhoria das condições de vida, com redução do tempo de viagem gasto pela população em deslocamentos; e
- redução da emissão de poluentes atmosféricos, em decorrência do aumento da oferta de trens, com a consequente diminuição da circulação de veículos automotores, gerando economia de combustível e desafogo no trânsito.

2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A formalização de um contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID deu origem a uma série de compromissos de ordem institucional, financeiro-contábil, orçamentário e de controle que foram rigorosamente cumpridos por parte do Mutuário, do Órgão Executor do Programa, em datas e prazos pré-estabelecidos e de periodicidade variada.

O cumprimento de tais compromissos viabilizou e condicionou a movimentação do Contrato de Empréstimo, particularmente em relação ao aporte de recursos por parte do Banco durante o ciclo de implantação do Programa.

O desenvolvimento institucional e a competência do órgão executor são componentes importantes que o Banco leva em conta durante o ciclo do Programa, desde a sua concepção, até sua execução final.

As atividades são coordenadas pelo Órgão Executor, por meio da Unidade de Coordenação do Programa de Investimentos nos Transportes Metropolitanos de São Paulo – UCPITM e pela Companhia do Metrô, a qual atua por meio da Coordenadoria de Gestão Financeira de Empreendimentos – PMU.

O sistema de controle é um elemento fundamental de gestão para consolidar as informações dos módulos de planejamento, orçamentário e contábil, caracterizado pelo regime de competência e de caixa, permitindo um adequado controle dos prazos, das exigibilidades, dos aportes de recursos (por fonte) e da movimentação financeira.

O sistema de controle interno visa atender as especificidades dos procedimentos do Banco, principalmente em relação ao cumprimento de cláusulas contratuais, identificação dos gastos elegíveis, elaboração dos Pedidos de Desembolsos, prestação de contas, manutenção do suporte documental, além de oferecer subsídios para a elaboração dos relatórios periódicos, atender aos requisitos de auditoria e servir de fator inibidor de fraudes e corrupção identificando rapidamente eventuais ocorrências não autorizadas.

3. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Em 03 de setembro de 2010, foi celebrado o Contrato de Empréstimo nº 2305/OC-BR entre o Estado de São Paulo da República Federativa do Brasil, a seguir denominado “Mutuário”, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a seguir denominado “Banco”, para cooperar na execução do Projeto de Expansão da Linha 5 – Lilás do Metrô São Paulo, a seguir denominado “Projeto”, que consiste em financiar parcialmente o Programa “Expansão da Linha 5 – Lilás do Metrô de São Paulo, Trecho Largo Treze – Chácara Klabin”.

O Mutuário – Governo do Estado de São Paulo é representado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM como órgão executor. De forma a garantir um bom desempenho na execução do Programa, em conformidade com as diretrizes do Mutuário e do Banco, foi assinado, em 07 de outubro de 2010, um Termo de Convênio entre o Estado de São Paulo, por sua Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM e a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, objetivando a definição de suas responsabilidades, que foi aditado em 05 de outubro de 2015, 05 de outubro de 2018 e 14 de julho de 2020.

3.1. PRAZO PARA DESEMBOLSO

O Contrato de Empréstimo teve prazo para desembolso até 03 de dezembro de 2020, de acordo com sua Alteração 5, totalizando um período de dez anos e três meses a partir de sua vigência.

Ficou acordado com o BID, em reunião virtual ocorrida de 22 de janeiro de 2021, que podem ser efetuadas despesas com recursos do empréstimo até 03 de março de 2021, período “de graça” concedido pelo Banco.

3.2. COMPONENTES DO PROGRAMA

3.2.1. Material Rodante

- adequação de trens existentes
- supervisão

3.2.2. Sistemas e Equipamentos

- telecomunicações e controle
- alimentação elétrica
- sistemas auxiliares
- supervisão

3.2.3. Fortalecimento Institucional

- Avaliação de impacto sobre a pobreza
- Outros estudos
- Pesquisa ex-post

3.2.4. Obras Cíveis

- Obras Cíveis
- Desapropriação

3.2.5. Auditorias

3.3. CUSTO DO PROGRAMA E PLANO DE FINANCIAMENTO

O custo total do Programa está estimado em quantia equivalente a USD 624,098,400.00 (seiscentos e vinte e quatro milhões, noventa e oito mil e quatrocentos dólares), dos quais USD 480,958,000.00 (quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e cinquenta e oito mil dólares) serão recursos do Banco. Estão previstos recursos adicionais ao financiamento no montante de USD 143,140,400.00 (cento e quarenta e três milhões, cento e quarenta mil e quatrocentos dólares) a título de contrapartida. As categorias de inversão a seguir, estão em conformidade com a Alteração nº 5, assinada em 10 de fevereiro de 2021:

CATEGORIAS DE INVERSÃO	BANCO	LOCAL	TOTAL
1 – Material Rodante	-	767.400	767.400
1.2 - Supervisão	-	767.400	767.400
1.2.2. Supervisão e acompanhamento 26 trens	-	767.400	767.400
2 -SISTEMAS METROVIÁRIOS	211.850.200	103.385.690	315.235.890
2.1. Telecomunicações e Controle	19.651.504	2.841.000	22.492.504
2.2. Alimentação Elétrica	91.375.252	57.193.690	148.568.942
2.3. Sistemas Auxiliares	100.823.444	571.000	101.394.444
2.4 Supervisão de Sistemas	-	42.780.000	42.780.000
3 – Fortalecimento Institucional	200.927	550.000	750.927
3.1 Monitoramento do Impacto sobre a População	-	550.000	550.000
3.2 Outros Estudos - Serviços de Assessoramento na elaboração da modelagem Financeira de concessão	185.550	-	185.550
3.3. Pesquisa Ex-post	15.377	-	15.377
4 – Obras Cíveis	268.515.614	38.401.310	306.916.924
4.1 Obras Cíveis	127.401.313	38.401.310	165.802.623
4.2 Desapropriação	141.114.302	-	141.114.302
Auditorias	391.259	36.000	427.259
TOTAL	480.958.000	143.140.400	624.098.400

4. MISSÃO E ESTRUTURA

4.1. ENTIDADES ENVOLVIDAS NO PROGRAMA

- AGENTE FINANCIADOR: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
- MUTUÁRIO: Governo do Estado de São Paulo – GESP
- FIADOR: Governo Federal
- ÓRGÃO EXECUTOR: Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM
- EXECUÇÃO DO PROJETO: Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

4.2. ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

O Órgão Executor designado é a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM que atribuiu a execução das atividades no âmbito do Programa ao METRÔ, que atuará por meio da Coordenadoria de Gestão Financeira de Empreendimentos – PMU.

4.3. UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

No âmbito da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ foi constituído o Departamento de Gerenciamento de Empreendimentos-PMU, conforme o Ato do Presidente do Metrô nº AP 073/2007.

O Departamento foi alterado para Coordenadoria de Gestão Financeira de Empreendimentos – PMU, em 08 de dezembro de 2020, por intermédio do Ato do Diretor Presidente nº AP-281/2020, que redefiniu a estrutura organizacional da Gerência de Planejamento Financeiro – GPF, mantendo sua missão de representar a empresa junto às organizações financeiras nacionais e internacionais e gerenciar os recursos financeiros para os empreendimentos financiados.

4.4. RESPONSABILIDADE DA EXECUTORA - METRÔ

- instalar e manter as Unidades de Gerenciamento de Projetos para acompanhamento das fases de implantação e desenvolvimento do Projeto;
- utilizar os recursos do Contrato de Empréstimo requeridos junto ao BID para a execução do Projeto, com as previsões estabelecidas e as disponibilidades existentes;
- instaurar os processos licitatórios em nome da STM ou do METRÔ e encaminhar à aprovação do BID os Editais para as aquisições de bens, obras e serviços, assim como, os procedimentos de seleção de consultores, em conformidade com as disposições estabelecidas no Contrato de Empréstimo, incluindo as Diretrizes do BID para Aquisições de Bens e Contratações de Obras e Serviços e para Seleção e Contratação de Consultores;
- encaminhar à aprovação do BID os Relatórios e Decisões das Comissões de Licitações e as Minutas dos Contratos a serem firmados com os licitantes vencedores;
- executar, no âmbito de suas funções, direta ou indiretamente, sob sua responsabilidade, as atividades necessárias e suficientes para a consecução do Projeto, dentro das diretrizes estabelecidas, do cronograma de implantação, observando os padrões de qualidade e economia, em conformidade com o Contrato de Empréstimo e todos os documentos nele referidos, incluindo as Normas Gerais, as quais o METRÔ declara conhecer integralmente;
- apontar as fontes dos recursos, inclusive os de contrapartida local, destinados ao desenvolvimento das atividades mencionadas;
- gerenciar, no âmbito de sua atuação, os contratos de obras, bens e serviços, atestando o cumprimento de marcos contratuais ou a sua execução e autorizando os respectivos pagamentos;
- preparar as Prestações de Contas, no âmbito de suas atuações, quanto aos recursos financeiros aplicados ao Projeto, conciliados com a execução efetuada pela STM;
- dar suporte à empresa independente de auditoria, a ser contratada, com todas as informações necessárias para execução de suas atividades;

- informar o BID prontamente a respeito de qualquer condição que interfira ou ameace o progresso do Projeto, a realização dos objetivos do Empréstimo ou o desempenho por parte do METRÔ de suas respectivas obrigações segundo o Contrato de Empréstimo;
- manter um sistema de gestão financeira e elaborar Relatórios nos moldes exigidos e aceitáveis pelo BID, no âmbito de sua atuação, de maneira adequada a refletir as operações, os recursos e os gastos do Projeto.

5. PROCEDIMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE OBRAS E DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA.

Os bens e serviços (exceto serviços de consultoria) devem, na sua totalidade, ser adquiridos conforme previsto na Cláusula 4.01. “Aquisição de Bens e Contratação de Obras e Serviços” do Contrato de Empréstimo.

Todos os serviços de consultoria devem ser adquiridos em conformidade à Cláusula 4.04. “Seleção e Contratação de Consultores” do Contrato de Empréstimo.

6. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DO PROGRAMA

A estrutura contábil adotada pelo Metrô de São Paulo contém os elementos necessários ao atendimento das exigências contidas no Artigo 7.01 – Normas Gerais do Acordo de Empréstimo 2305/OC-BR – Projeto de Expansão da Linha 5 – Lilás (Programa “Expansão da Linha 5 – Lilás do Metrô de São Paulo Trecho Largo Treze – Chácara Klabin”) – BR-L1227, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A estrutura básica do Plano de Contas segue os fundamentos contábeis da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), alterada pela Lei nº 11.638/07 e leis complementares e, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, pronunciamentos técnicos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade, que estão em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

O registro contábil das atividades do Metrô de São Paulo obedece ao regime de competência. Pela efetiva execução dos serviços e pelas entregas de bens e equipamentos são contabilizados os eventos de apropriação dos ativos imobilizados e do correspondente registro da obrigação. A partir de novembro/2017 foi implantado o SAP – Sistema Integrado de Gestão Empresarial, que passou a ser utilizado para todos os registros contábeis da Companhia.

7. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

Para atender o estabelecido no Capítulo III das Disposições Especiais e Capítulo IV das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo, o Mutuário abriu e deverá manter Conta Especial do Banco do Brasil S.A., em moeda estrangeira, como segue:

- nº da conta especial: 46.379.400
- subconta: BID2305/OC
- nome do titular: Governo do Estado de São Paulo
- CNPJ do titular: 46.379.400/0001-50
- número do projeto: 2305/OC-BR
- nome do projeto: Projeto Expansão da Linha 5 – Lilás do Metrô de São Paulo
- moeda: USD Dólar dos Estados Unidos

A conta corrente operativa da Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ, de titularidade do Governo do Estado, com o Banco do Brasil S/A, para fins de recebimento das liberações de recursos internalizados para o projeto é: 8471-9; agência 1897-X – Setor Público São Paulo.

Cabe à Secretaria da Fazenda efetuar as transferências dos saldos credores da Conta Operativa para a Conta do Programa - 007.502.051, os quais geram Subscrição de Ações para o METRÔ.

7.1. PROCEDIMENTOS PARA DESEMBOLSOS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

A Unidade Executora do Projeto solicita desembolso, nas modalidades necessárias ao atendimento do fluxo financeiro decorrente de sua responsabilidade específica na implantação do Projeto.

O BID autoriza e executa os desembolsos do Acordo de Empréstimo depois de cumpridos todos os requisitos e formalidades exigidas para cada modalidade prevista.

Os pedidos de desembolso são efetuados em formulário padrão do BID, em dólares americanos USD, moeda estabelecida no Contrato de Empréstimo. Os recursos liberados são creditados na *Special Account* e internalizados para a Conta Operativa do Projeto.

O BID examina e condiciona os desembolsos quanto a:

- elegibilidade do gasto (despesas admissíveis)
- valor mínimo do pedido
- documentação de apoio requerida
- assinaturas autorizadas
- cumprimento de cláusulas contratuais
- limite do fundo rotativo

7.1.1. Modalidades de Desembolsos – BID

- Reembolso de Despesas a Débito do Financiamento (Cláusula 3.03 do Contrato de Empréstimo)

Com a concordância do Banco, esta modalidade de desembolso é permitida para reembolso ao Mutuário quando este realiza gastos elegíveis no Contrato de Empréstimo, limitado a USD 43,500,000.00 (quarenta e três milhões e quinhentos mil dólares). Para reconhecer despesas com o projeto para a contratação de estudos de consultoria e aquisição de bens, inclusive o primeiro pagamento dos trens e/ou sistemas, essas despesas devem ter sido efetuadas antes de 10 de março de 2010, mas após 29 de maio de 2009, desde que cumprido os requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos no Contrato. Com a concordância do Banco, os recursos do Financiamento também poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Projeto a partir de 10 de março de 2010 e até a data da entrada em vigor do Contrato de Empréstimo, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

- Reembolso de Pagamentos Efetuados

Modalidade que permite alimentar a *Special Account* pelo Mutuário, aberta no Banco do Brasil S/A, para ressarcimento de despesas admissíveis à medida que forem justificadas ao BID.

- Pagamento Direto ao Fornecedor

Modalidade destinada a pagamento direto e a terceiros (contratado, fornecedor ou prestador de serviço) referente às despesas admissíveis.

- Desembolso do Fundo Rotativo

Modalidade destinada a solicitar recursos a serem depositados na *Special Account* para possibilitar pagamentos de despesas a serem incorridas dentro do Programa. O montante do Fundo Rotativo estipulado não excederá a 10% do valor do Acordo de Empréstimo.

- Reposição do Fundo Rotativo

Modalidade destinada a solicitar recursos, mediante justificativa de despesas já pagas pelo Mutuário, com utilização do Fundo Rotativo.

- Justificativa do Fundo Rotativo

Esta modalidade destina-se a apresentação de gastos pagos com recursos do Fundo Rotativo. Não implica em reposição de recursos do BID, servindo para abater o valor do Fundo Rotativo já liberado.

7.1.2. Adiantamentos e Justificativas

Os adiantamentos recebidos e as justificativas de gastos incorridos para Reposição do Fundo Rotativo, encaminhados ao Banco até 03/03/2021 e registrados em seu sistema, estão demonstrados no quadro a seguir:



Período: até 03/03/2021 (USD)

SOLICITAÇÃO Nº	DATA DE ENTRADA NO BID	DATA DO DESEMBOLSO (VALUE DATE)	TIPO DE DESEMBOLSO	VALOR	%
001	16/12/2012	31/10/2012	ADF	1.000.000,00	0,21
002	13/11/2012	19/11/2012	ADF	22.000.000,00	4,57
003	08/02/2013	18/02/2013	AFJ	9.158.446,65	
004	03/03/2013	08/05/2013	AFJ	11.649.401,31	
005	06/05/2013	10/05/2013	ADF	5.500.000,00	1,14
006	08/07/2013	09/07/2013	AFJ	1.646.297,80	
007	09/09/2013	17/09/2013	AFJ	1.339.135,88	
008	06/11/2013	11/11/2013	AFJ	1.270.605,24	
009	12/11/2013	15/11/2013	ADF	15.380.000,00	3,20
010	10/01/2014	16/01/2014	AFJ	2.232.737,06	
011	08/04/2014	14/04/2014	AFJ	3.978.391,66	
012	18/06/2014	24/06/2014	AFJ	1.926.280,79	
013	14/08/2014	18/08/2014	AFJ	2.961.705,11	
014	23/10/2014	03/11/2014	AFJ	819.402,73	
015	17/12/2014	17/12/2014	AFJ	638.601,94	
016	02/02/2015	04/02/2015	AFJ	360.154,84	
017	27/04/2015	05/05/2015	AFJ	2.799.287,83	
018	16/07/2015	28/07/2015	AFJ	602.353,96	
019	15/10/2015	20/10/2015	AFJ	240.137,04	
020	01/12/2015	11/12/2015	AFJ	669.964,35	
021	19/01/2016	27/01/2016	AFJ	427.553,90	
022	25/02/2016	03/03/2016	ADF	3.800.000,00	0,79
023	05/05/2016	06/05/2016	AFJ	1.299.861,60	
024	25/07/2016	29/07/2016	ADF	10.000.000,00	2,08
025	22/08/2016	25/08/2016	AFJ	821.562,48	
026	02/12/2016	07/12/2016	AFJ	6.045.776,86	
027	13/12/2016	15/12/2016	ADF	7.000.000,00	1,46
028	12/01/2017	16/01/2017	AFJ	5.950.841,34	
029	12/01/2017	18/01/2017	ADF	26.000.000,00	5,41
030	23/03/2017	06/04/2017	AFJ	2.821.728,24	
031	12/05/2017	15/05/2017	AFJ	2.538.949,69	
032	12/05/2017	16/05/2017	DPB	1.620.204,62	
033	12/05/2017	16/05/2017	DPB	1.928.516,48	
034	23/05/2017	22/06/2017	AFJ	20.851.305,89	
035	23/05/2017	31/05/2017	ADF	19.614.978,30	4,08
036	14/07/2017	19/07/2017	AFJ	17.275.981,28	
037	14/07/2017	20/07/2017	ADF	38.000.000,00	7,90
038	26/09/2017	04/10/2017	AFJ	26.638.221,80	
039	06/10/2017	11/10/2017	ADF	60.000.000,00	12,48
040	17/10/2017	30/10/2017	AFJ	9.907.685,55	
041	04/12/2017	06/12/2017	AFJ	18.162.454,50	
042	08/01/2018	10/01/2018	AFJ	11.689.716,62	
043	17/01/2018	19/01/2018	ADF	30.000.000,00	6,24
044	12/04/2018	18/04/2018	AFJ	34.562.674,36	
045	14/05/2018	29/05/2018	ADF	25.000.000,00	5,20
046	12/07/2018	17/07/2018	AFJ	33.244.483,76	
047	12/09/2018	14/09/2018	AFJ	22.279.822,79	
048	12/09/2018	21/09/2018	ADF	52.000.000,00	10,81
049	26/11/2018	03/12/2018	DPB	114.594.000,00	23,83
050	19/12/2018	20/12/2018	AFJ	22.998.432,37	
051	10/01/2019	14/01/2019	AFJ	4.547.534,73	
052	03/05/2019	17/05/2019	AFJ	8.046.819,16	
053	24/05/2019	11/06/2019	ADF	11.000.000,00	2,29
054	16/07/2019	15/08/2019	AFJ	11.813.725,02	
055	24/09/2019	30/09/2019	AFJ	4.516.288,18	
056	24/10/2019	28/10/2019	ADF	10.000.000,00	2,08
057	18/12/2019	14/01/2020	AFJ	4.299.973,26	
058	16/01/2020	20/01/2020	AFJ	2.320.817,54	
059	20/01/2020	22/01/2020	DPB	20.000.000,00	4,16
060	19/03/2020	19/03/2020	AFJ	1.127.399,96	
061	19/08/2020	27/08/2020	AFJ	2.266.397,10	
062	22/10/2020	23/10/2020	AFJ	743.994,37	
063	02/12/2020	04/02/2020	DPB	6.520.300,60	1,36
064	17/12/2020	17/12/2020	AFJ	1.601.845,52	
065	03/02/2021	08/02/2021	AFJ	7.185.291,52	
SUB-TOTAL			ADF	336.294.978,30	69,92
SUB-TOTAL			DPB	144.663.021,70	30,1
SUB-TOTAL			AFJ	328.280.043,58	68,26
SUB-TOTAL			PAGAMENTO DIRETO AO FORNECEDOR	-	0,00%
TOTAL DOS DESEMBOLSOS (adiantamentos e reembolso)				480.958.000,00	100,00
VALOR DO EMPRÉSTIMO				480.958.000,00	100,00
ADF - ADIANTAMENTO DO FUNDO ROTATIVO				SALDO A DESEMBOLSAR	
DPB - REEMBOLSO DE PAGAMENTOS EFETUADOS					
AFJ - JUSTIFICATIVA DE FUNDO ROTATIVO				0,00	0,00



7.1.3. Fundo Rotativo

De acordo com o contrato de empréstimo Nº 2305/OC-BR, o valor do fundo rotativo não deve exceder a 10% do valor do financiamento, equivalente a USD 48,095,800,00, no entanto, em função do aditivo 2 do Acordo de Empréstimo e a crescente necessidade de cumprir com os compromissos, esse valor foi alterado para 20%, correspondente a USD 96,191,600.00.

O saldo do fundo rotativo em 03 de março de 2021 é de USD 8,014,935.22, conforme OPS-1.

Nº DA OPERAÇÃO: 2035/OC-BR	SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
----------------------------	---

I. SALDO EM CONTA(S) BANCÁRIA USD 8.014.935,32

Nome do Banco: BANCO DO BRASIL S/A

Conta Corrente - Metrô 1897-X - 8798-X e SIAFEM USD 8.014.935,32

Conta Operativa - GESP/FAZENDA 1897-X - 8471-9 -

Conta Especial - GESP/FAZENDA 46.379.400 -

II. REPOSIÇÕES OU JUSTIFICATIVAS PENDENTES DE REGISTRO USD 0,00

Apresentadas ao BID, porém não registradas no sistema BID (OPS-1)

<u>PEDIDO Nº</u>	<u>Value Date</u>	<u>MONTANTE</u>
------------------	-------------------	-----------------

III. FUNDOS UTILIZADOS PENDENTES DE JUSTIFICAÇÃO AO BID USD 3.079.333,78

<u>PEDIDO Nº</u>	<u>Value Date</u>	<u>MONTANTE</u>
66		USD 3.079.333,78

IV. RENDIMENTOS USD 155.132,15

V. SUB-TOTAL (I + II + III + IV) USD 11.249.401,25

VI. SALDO DO FUNDO ROTATIVO SEGUNDO OPS-1 USD 8.014.935,22

VII. DIFERENÇA (IV - V) USD 3.234.466,03

Pelo presente certificamos que: a) os gastos especificados no item III foram efetuados para os fins estipulados no contrato ou convênio; b) a documentação que apóia os gastos efetuados com os recursos provenientes do fundo rotativo e disponível para inspeção do BID; c) diferença de US\$ 0,10 apontada no Ped 057, no componente -Obras civis



7.1.4. Desembolsos Pendentes de Justificativa

Os fundos disponíveis em 03 de março de 2021 estão depositados na conta do Programa:

					TIPO DE MOEDA: USD	
CONCEITO DE PAGAMENTO		NOME DO FORNECEDOR	País de Origem	Data de Pagamento	Montante	
					BID	Outras Fontes
Categoria de Investimento: 2. Sistemas Metroviários - 2.1. Telecomunicações e Controle						
nov-20	Telseb - ISS	CONSÓRCIO KAPSCH-ALBATROS-TELSEB	Brasil	08/01/2021	2.252,84	-
nov-20	Telseb - IR	CONSÓRCIO KAPSCH-ALBATROS-TELSEB	Brasil	20/01/2021	0,72	-
nov-20	Telseb - IR	CONSÓRCIO KAPSCH-ALBATROS-TELSEB	Brasil	20/01/2021	137,89	-
nov-20	Telseb - INSS	CONSÓRCIO KAPSCH-ALBATROS-TELSEB	Brasil	20/01/2021	4.956,24	-
jan-20	Indra - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	INDRA SISTEMAS S/A	Brasil	20/01/2021	56,34	-
jan-20	Indra - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	INDRA SISTEMAS S/A	Brasil	20/01/2021	150,56	-
jan-20	Indra - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	INDRA SISTEMAS S/A	Brasil	20/01/2021	7,72	-
jan-20	Indra - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	INDRA SISTEMAS S/A	Brasil	20/01/2021	18,51	-
jan-20	Indra - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	INDRA SISTEMAS S/A	Brasil	20/01/2021	4,21	-
jan-20	Indra - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	INDRA SISTEMAS S/A	Brasil	20/01/2021	10,09	-
jan-20	Indra - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	INDRA SISTEMAS S/A	Brasil	20/01/2021	27,74	-
jan-20	Indra - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	INDRA SISTEMAS S/A	Brasil	20/01/2021	66,54	-
jan-20	Indra - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	INDRA SISTEMAS S/A	Brasil	20/01/2021	15,13	-
jan-20	Indra - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	INDRA SISTEMAS S/A	Brasil	20/01/2021	36,30	-
out-17	Indra - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	INDRA SISTEMAS S/A	Brasil	20/01/2021	4,10	-
Total do item 2.1					7.744,93	-

CONCEITO DE PAGAMENTO		NOME DO FORNECEDOR	País de Origem	Data de Pagamento	TIPO DE MOEDA: USD Montante	
					BID	Outras Fontes
Categoria de Investimento: 2. Sistemas Metroviários - 2.2. Alimentação Elétrica						
nov/20	Tsea - ISS	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	08/01/2021	341,31	-
nov/20	Tsea - ISS	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	08/01/2021	1.321,12	-
nov/20	Tsea - ISS	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	08/01/2021	22,18	-
nov/20	Tsea - ISS	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	08/01/2021	91,95	-
nov/20	Tsea - IR	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	26,32	-
nov/20	Tsea - IR	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	102,39	-
nov/20	Tsea - IR	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	396,34	-
nov/20	Tsea - IR	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	284,69	-
nov/20	Tsea - IR	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	6,65	-
nov/20	Tsea - IR	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	27,58	-
nov/20	Tsea - INSS	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	262,81	-
nov/20	Tsea - INSS	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	1.017,26	-
nov/20	Tsea - INSS	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	17,08	-
nov/20	Tsea - INSS	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	70,80	-
out/20	Tsea - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	76,62	-
out/20	Tsea - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	441,53	-
out/20	Tsea - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	61,30	-
nov/20	Tsea - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	81,59	-
nov/20	Tsea - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	317,42	-
nov/20	Tsea - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	1.228,64	-
nov/20	Tsea - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	20/01/2021	882,54	-
nov/20	Tsea - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	21/01/2021	20,63	-
nov/20	Tsea - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	22/01/2021	85,51	-
dez/20	Tsea	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	05/02/2021	9.280,46	-
dez/20	Tsea	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	05/02/2021	1.693,24	-
dez/20	Tsea	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	05/02/2021	19,77	-
dez/20	Tsea	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	05/02/2021	1.264,63	-
dez/20	Tsea	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	08/02/2021	10.586,19	-
dez/20	Tsea - ISS	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	10/02/2021	689,95	-
dez/20	Tsea - INSS	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	19/02/2021	531,26	-
dez/20	Tsea - IR	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	19/02/2021	160,95	-
dez/20	Tsea - IR	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	19/02/2021	29,43	-
dez/20	Tsea - IR	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	19/02/2021	0,31	-
dez/20	Tsea - IR	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	19/02/2021	20,21	-
dez/20	Tsea - IR	CONSÓRCIO TSEA TIISA	Brasil	19/02/2021	206,98	-
nov/20	Bombardier European Investments	EMPRESA BOMBARDIER CONSORTIUM	Espanha	05/01/2021	-	2.763,72
nov/20	Bombardier European Investments	EMPRESA BOMBARDIER CONSORTIUM	Espanha	05/01/2021	-	8.192,44
nov/20	Bombardier European Investments	EMPRESA BOMBARDIER CONSORTIUM	Espanha	11/01/2021	-	1.329,83
nov/20	Bombardier European Investments	EMPRESA BOMBARDIER CONSORTIUM	Espanha	11/01/2021	-	4.381,21
Total do item 2.2					31.667,64	16.667,20



TIPO DE MOEDA: USD

CONCEITO DE PAGAMENTO		NOME DO FORNECEDOR	País de Origem	Data de Pagamento	MONTANTE	
					BID	Outras Fontes
Categoria de Investimento: 2. Sistemas Metroviários - 2.3. Sistemas Auxiliares						
nov/20	Trail	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 5	Brasil	04/01/2021	2.048,90	-
nov/20	Trail	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 5	Brasil	04/01/2021	550,59	-
nov/20	Trail	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 5	Brasil	04/01/2021	455,34	-
nov/20	Trail	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 5	Brasil	04/01/2021	1.017,69	-
nov/20	Alstom - IR	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 5	Brasil	20/01/2021	32,52	-
nov/20	Alstom - IR	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 5	Brasil	20/01/2021	15,56	-
nov/20	Trail - IR	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 5	Brasil	20/01/2021	35,68	-
nov/20	Trail - INSS	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 5	Brasil	20/01/2021	61,60	-
nov/20	Trail - INSS	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 6	Brasil	20/01/2021	137,01	-
nov/20	Alstom - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 7	Brasil	20/01/2021	100,81	-
nov/20	Alstom - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 8	Brasil	20/01/2021	48,22	-
nov/20	Trail - CSLCOFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO AUXILIARES VIA 6	Brasil	19/02/2021	110,61	-
nov/20	Harsco Rail	CONSÓRCIO HARSCO RAIL - MINERALS	Brasil	05/02/2021	1.160.542,64	-
nov/20	Harsco Rail	CONSÓRCIO HARSCO RAIL - MINERALS	Brasil	05/02/2021	58.008,22	-
nov/20	Harsco Rail	CONSÓRCIO HARSCO RAIL - MINERALS	Brasil	05/02/2021	58.008,22	-
nov/20	Harsco Rail	CONSÓRCIO HARSCO RAIL - MINERALS	Brasil	05/02/2021	23.203,29	-
dez/20	Consórcio Engie Ineo	CONSORCIO ENGIE INEO JOHNSON	Brasil	03/02/2021	98.675,00	-
dez/20	Consórcio Engie Ineo	CONSORCIO ENGIE INEO JOHNSON	Brasil	03/02/2021	103.336,71	-
dez/20	Consórcio Engie Ineo	CONSORCIO ENGIE INEO JOHNSON	Brasil	03/02/2021	670.298,66	-
dez/20	Consórcio Engie Ineo	CONSORCIO ENGIE INEO JOHNSON	Brasil	03/02/2021	840.449,82	-
dez/20	Consórcio Engie Ineo - IR	CONSORCIO ENGIE INEO JOHNSON	Brasil	19/02/2021	1.577,12	-
Total do item 2.3					3.018.714,21	-

TIPO DE MOEDA: USD

CONCEITO DE PAGAMENTO		NOME DO FORNECEDOR	País de Origem	Data de Pagamento	Montante	
					BID	Outras Fontes
Categoria de Investimento: 2. Sistemas Metroviários - 2.4. Supervisão de Sistemas						
out/20	Arcadis Logos - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO DL (Ductor - Arcadis Logos)	Brasil	20/01/2021	-	1.646,86
out/20	Ductor - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	CONSÓRCIO DL (Ductor - Arcadis Logos)	Brasil	20/01/2021	-	1.646,86
Total do item 2.4					-	3.293,72

TIPO DE MOEDA: USD

CONCEITO DE PAGAMENTO		NOME DO FORNECEDOR	País de Origem	Data de Pagamento	Montante	
					BID	Outras Fontes
Categoria de Investimento: 3. Fortalecimento Institucional - 3.1 Monitoramento do Impacto sobre a População						
nov/20	Oficina	OFICINA ENGENHEIROS CONSULTORES ASSOCIADOS	Brasil	11/01/2021	310,98	-
nov/20	Oficina	OFICINA ENGENHEIROS CONSULTORES ASSOCIADOS	Brasil	11/01/2021	8.628,80	-
nov/20	Oficina - IR	OFICINA ENGENHEIROS CONSULTORES ASSOCIADOS	Brasil	20/01/2021	4,97	-
nov/20	Oficina - IR	OFICINA ENGENHEIROS CONSULTORES ASSOCIADOS	Brasil	20/01/2021	182,07	-
Total do item 3.1					9.126,82	-

TIPO DE MOEDA: USD

CONCEITO DE PAGAMENTO		NOME DO FORNECEDOR	País de Origem	Data de Pagamento	Montante	
					BID	Outras Fontes
Categoria de Investimento: Auditoria						
nov/20	BDO RCS - CSLL-COFINS-PIS/PASEP	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES	Brasil	20/01/2021	597,39	-
jan/21	BDO RCS	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES	Brasil	01/03/2021	6.561,59	-
jan/21	BDO RCS	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES	Brasil	01/03/2021	4.921,20	-
				Total do item 4	12.080,18	-

Total da Categoria de Investimento item 2	3.058.126,78	19.960,92
Total da Categoria de Investimento - Auditoria	12.080,18	-
TOTAL	3.079.333,78	19.960,92

7.1.5 Fundos de Contrapartida Nacional

Em 03 de março de 2021, a contribuição com recursos locais montou a importância de USD 143,154,077.20.

O valor total realizado já foi apresentado ao BID na Solicitação de Desembolso nº 66 em 17 de março de 2021, conforme mencionado do item 11 - Eventos Subsequentes.



FUNDOS DE CONTRAPARTIDA NACIONAL
PERÍODO FINDO EM 03/03/2021
 (USD)

CATEGORIAS	CONTRATUAL		CONTRAPARTIDA										
	TOTAL	CONTRAPARTIDA	EXECUTADO até 2012	EXECUTADO em 2013	EXECUTADO em 2014	EXECUTADO em 2015	EXECUTADO em 2016	EXECUTADO em 2017	EXECUTADO em 2018	EXECUTADO em 2019	EXECUTADO em 2020 até 03/03/2021	TOTAL EXECUTADO	
1 - MATERIAL RODANTE	767.400,00	767.400,00	0,00	15.874,86	365.575,85	180.555,33	205.393,96	0,00	0,00	0,00	0,00	767.400,00	100,00%
1.2. Supervisão e Acompanhamento 26 Trens	767.400,00	767.400,00	0,00	15.874,86	365.575,85	180.555,33	205.393,96	0,00	0,00	0,00	0,00	767.400,00	
2 - SISTEMAS METROVIÁRIOS	315.235.890,24	103.385.690,00	0,00	932.881,44	3.607.999,19	11.459.557,77	9.567.124,16	24.776.099,14	22.920.309,26	15.321.779,27	15.595.014,32	104.180.764,54	100,77%
2.1. Sistema de Telecomunicação e Controle	22.492.504,36	2.841.000,00	0,00	76.386,33	35.528,25	76.533,34	572.143,31	580.902,75	538.125,58	392.391,87	169.037,14	2.441.048,57	
2.2. Sistema de Alimentação Elétrica	148.568.942,00	57.193.690,00	0,00	252.255,79	169.759,79	0,00	345.755,03	18.039.424,31	17.214.714,62	10.427.495,11	13.252.897,50	59.702.302,15	
2.3. Sistemas Auxiliares de Estação e Via	101.394.443,88	571.000,00	0,00	193.304,15	51.736,99	0,00	325.489,50	153,59	0,00	0,00	0,00	570.684,23	
2.4. Supervisão de Sistemas	42.780.000,00	42.780.000,00	0,00	410.935,17	3.350.974,16	11.383.024,43	8.323.736,32	6.155.618,49	5.167.469,06	4.501.892,29	2.173.079,68	41.466.729,60	
3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	750.927,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.857,83	100.719,35	160.064,26	18.373,55	70.034,04	370.049,03	67,28%
3.1. Monitoramento do Impacto sobre a População	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.857,83	100.719,35	160.064,26	18.373,55	70.034,04	370.049,03	
3.2. Outros Estudos - Serv. Assessoramento	185.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3. Outros Estudos - Pesquisa Ex-Post	15.377,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4 - OBRAS VIVIS	306.916.923,68	38.401.310,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.493.696,79	12.984.053,81	19.012.369,69	2.309.929,35	0,00	37.800.049,64	98,43%
4.1. Obras Cíveis	165.802.623,08	38.401.310,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.493.696,79	12.984.053,81	19.012.369,69	2.309.929,35	0,00	37.800.049,64	
4.2. Despropriação	141.114.300,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AUDITORIA	427.259,08	36.000,00	19.044,88	16.769,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.813,99	99,48%
T O T A L	624.098.400,00	143.140.400,00	19.044,88	965.525,41	3.973.575,04	11.640.113,10	13.287.072,74	37.860.872,29	42.092.743,21	17.650.082,17	15.665.048,36	143.154.077,20	100,00%

7.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

São elaborados os formulários, de acordo com o regime de caixa:

- Demonstrativo de Gastos ou Pagamentos;
- Controle de Desembolsos e Aportes Locais.

Os Relatórios Financeiros são expressos em dólares americanos (USD) e apresentam os valores gastos por mês, acumulados no ano e acumulados ao longo da vida do Programa.

7.2.1 Conciliação Demonstração de Investimentos Acumulados e os Registros do BID (OPS-1) – Categoria de Investimentos

valores em USD

Categorias de Investimento	Demonstração de Investimentos	OPS - 1	Diferença
1 -MATERIAL RODANTE	-	-	-
2 -SISTEMAS METROVIÁRIOS	211.850.200,00	203.887.439,63	7.962.760,37
3 -FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	200.927,00	191.799,99	9.127,01
4 - OBRAS CIVIS	268.515.613,50	268.491.627,76	23.985,74
4.1 - Obras Cívis	127.401.312,90	127.377.327,16	23.985,74
4.2 - Desapropriação	141.114.300,60	141.114.300,60	-
AUDITORIA	391.259,50	372.197,30	19.062,20
Auditoria	391.259,50	372.197,30	19.062,20
TOTAL	480.958.000,00	472.943.064,68	8.014.935,32

Obs.: Refere-se ao Pedido de Desembolso 066

8. CONCILIAÇÃO DO PASSIVO A FAVOR DO BID

Período: até 03/03/2021 (USD)

1. PASSIVO A FAVOR DO BID (1.1+1.2)	484.037.333,78
1.1 VALORES JUSTIFICADOS E DESEMBOLSADOS	472.943.064,68
1.2 FUNDO ROTATIVO - OPS-1 (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11.094.269,10
1.2.1 SALDO DA CONTA	8.014.935,32
1.2.2 JUSTIFICATIVAS PENDENTES DE REGISTRO	3.079.333,78
1.2.3 FUNDOS UTILIZADOS PENDENTES DE JUSTIFICATIVA	
2. SALDO DISPONÍVEL DO EMPRÉSTIMO - OPS-1	0,00
3. SUBTOTAL (1+2)	484.037.333,78
4. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: APROVADO ORIGINAL	480.958.000,00
5. DIFERENÇA (3-4)	0,00

9. CONTINGÊNCIAS

Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor metroferroviário e empreiteiras (Operação Lava Jato)

a) Cartel do setor metroferroviário

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor metroferroviário no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1998 e 2009, e dentre os atingidos foram citados os contratos de aquisição de trens da CPTM para a Linha 5 - Lilás e um contrato do Metrô para fornecimento de sistema para a Linha 2 - Verde.

A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

Em janeiro de 2021 transitou em julgado a decisão final proferida pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel.

A Procuradoria do Estado, o Metrô e a CPTM analisam a repercussão da decisão do CADE, bem como eventuais providências a serem adotadas no processo judicial.

b) Cartel de empreiteiras – Operação Lava Jato

Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal. A apuração tramita perante a autarquia e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto aquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, objeto de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato.

O suposto esquema envolvia cinco empresas principais (“G-5”): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A com autorização para operar o equipamento “Shield”, comumente conhecido como “Tatuzão”, utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para se sagrarem vencedoras de certames licitatórios, evitando descontos nas licitações e burlando a competitividade, com suposto envolvimento de agentes públicos. O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras da Linhas 2 – Verde (Concorrência nº 40208212) e 5- Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212).

Há uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual, em 2011 que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Ainda são cabíveis recursos pelas empresas. A condenação imposta às contratadas, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

A Companhia reafirma, por fim, que para ambos os casos está sendo oficialmente reconhecida nos processos como vítima.

c) Impactos decorrentes de delação premiada – Operação Lava Jato

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que o ex-diretor da Companhia, Sérgio Correia Brasil, firmou acordo de delação premiada junto à Justiça Federal na operação Lava Jato para confirmação de recebimento de propina durante os períodos de licitação e construção das linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja. Segundo o delator, os episódios envolvendo o pagamento de propina teriam ocorrido entre 2004 e 2014. Embora Sérgio Correia Brasil tenha negociado o pagamento de aproximadamente R\$ 6,6 milhões a título de ressarcimento aos cofres públicos, devido ao fato do processo tramitar em segredo de justiça, a Companhia ainda não possui elementos materiais que possam ser utilizados como base para qualquer avaliação sobre os impactos, decorrentes de eventuais perdas a serem refletidas nas Informações Trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2019.

Há ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em desfavor de Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação – Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 – Lilás ((Concorrência nº 41428212). O valor da ação é de R\$ 336.915.754,40 (trezentos e trinta e seis milhões, novecentos e quinze mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos). Houve determinação de bloqueio de bens dos réus da ação. Metrô e Estado ainda não foram intimados de referida ação.

A alta Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e compliance e vem tomando medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de mitigar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

10. FATOS RELEVANTES

- a) Em 17 de janeiro de 2020 foi publicado o Decreto Estadual nº 64.748 que estabelece as normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2020.

O artigo 23 do Decreto determina:

Os recursos financeiros transferidos pelo Tesouro do Estado, a título de dotação para constituição ou aumento de capital deverão obrigatoriamente a ser executados no SIAFEM/SP, ficando vedada a transferência desses recursos à conta movimento da entidade não dependente.

Para atender a essa determinação, o METRÔ, entidade não dependente, a partir de março/2020, iniciou os procedimentos efetuando os pagamentos a fornecedores e/ou prestadores de serviços no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP, ratificado pelo Parecer JUC/CCA nº 201/2020, emitido pela Gerência Jurídica do METRÔ em 02/03/2020, cuja conclusão foi:

Diante do exposto, opina-se pela aplicabilidade do artigo 23, do Decreto Estadual nº 64.748/2020, tendo em vista que a Companhia do Metrô constitui empresa não dependente, diretamente controlada pelo Estado de São Paulo; nos moldes do decreto em comento.

O SIAFEM/SP trabalha com conta única, o METRÔ emite a Programação de Desembolso – PD, que deve conter o código do projeto, o CNPJ do credor, a conta corrente do credor e a fonte de recursos detalhada. No caso de pagamentos com recursos do BID a fonte é 007.502.051.

Este novo procedimento determina que os rendimentos dos recursos ficarão na Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo - SEFAZ na titularidade do Governo do Estado de São Paulo.

Assim, em março/2020 foram disponibilizados o valor de R\$ 8.296.724,53 referentes a rendimentos acumulados até essa data.

Em maio/2020 a SEFAZ concordou em retornar a aplicar rendimentos nos recursos que estão no SIAFEM sob custódia do Metrô, mesmo com o decreto, desde que os rendimentos sejam utilizados nos projetos.

11. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 17/03/2021 foi encaminhado ao BID o Pedido nº 66 contendo os pagamentos ocorridos no período de 01 de janeiro a 03 de março de 2021.

São Paulo, 25 de março de 2021.

WILSON BANDEIRA
DE
MOURA:10149671806

Assinado de forma digital por
WILSON BANDEIRA DE
MOURA:10149671806
Dados: 2021.03.25 19:03:02
-03'00'

WILSON BANDEIRA DE MOURA
Contador
CRC 1SP-223.198/O-1

ERALDO RUBENS
RETT:06553112894

Assinado de forma digital por
ERALDO RUBENS
RETT:06553112894
Dados: 2021.03.25 17:16:33 -03'00'

ERALDO RUBENS RETT
Gerente de Planejamento Financeiro

Assinado digitalmente por RENATO PALMA
FERREIRA:26615406870
DN: cn=RENATO PALMA
FERREIRA:26615406870 c=BR o=ICP-Brasil
ou=48066047000184
Data: 2021-03-31 16:46-03:00

RENATO PALMA FERREIRA
Diretor de Finanças

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Realizamos a auditoria do demonstrativo de fluxos de caixa e da demonstração de investimentos acumulados correspondentes ao período de 14 meses e 03 dias findo em 03 de março de 2021, do Projeto de Expansão da Linha 5 Lilás do Metrô de São Paulo, financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, conforme o Contrato de Empréstimo nº 2.305/OC-BR e de aporte local do Governo do Estado de São Paulo, executado pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, órgão executor, e emitidos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data de 31 de março de 2021.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as demonstrações mencionadas.

Destacamos que a data de encerramento do contrato de empréstimo foi em 03 de dezembro de 2020. O prazo final para apresentação das prestações de contas de despesas elegíveis é 03 de março de 2021.

O Departamento de Gestão Financeira de Empreendimentos - PMU da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô do Projeto Expansão da Linha 5 Lilás do Metrô de São Paulo é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorções das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do projeto, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. O cumprimento dessa responsabilidade requer juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos de um sistema de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer a Administração uma certeza razoável, embora não absoluta de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizados, que as transações são realizadas de acordo com a autorização da Administração e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erro ou irregularidade que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de estrutura de períodos futuros estão sujeitas aos riscos de que os procedimentos possam mostrar se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia da formulação e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das demonstrações financeiras do projeto referente ao período de 14 meses e 03 dias findo em 03 de março de 2021 obtivemos um entendimento do sistema de controle interno vigente e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do projeto, e não para opinar sobre a eficácia do sistema de controle interno, motivo pelo qual não a expressamos.

Custo do projeto

O custo total do projeto foi estimado em US\$ 624,098,400.00 (seiscentos e vinte e quatro milhões, noventa e oito mil e quatrocentos dólares americanos) considerando o valor do empréstimo do BID somado a contrapartida, compreendendo 77,06% (US\$ 480,958,000.00) recursos do BID e 22,94% (US\$ 143,140,400.00) aportes locais caracterizados como contra-partida.

Anualmente os valores do orçamento são revisados, considerando o valor dos contratos firmados até a presente data, acrescidas das previsões de aditivos, contemplados no planejamento atual da Expansão, e os limites estabelecidos por categoria de inversão da fonte BID, fixados no contrato de empréstimo.

Órgão executor

A Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, órgão executor do projeto, designado por meio de convênio celebrado, em 07 de outubro de 2010, entre a Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) e a Companhia do Metrô, que atuará por meio do Departamento de Gestão Financeira de Empreendimentos - PMU.

A coordenação do projeto possui uma estrutura organizacional de arquivamento das documentações que dá suporte aos gastos efetuados, facilitando, dessa forma, as análises realizadas.

Unidade de coordenação do projeto

Unidade de Coordenação do Projeto de Investimentos no Transporte Metropolitano De São Paulo (UCPITM)

Constituída pelo Decreto Estadual nº 54.290, de 04/05/2009, tendo as seguintes atribuições:

- Desenvolver, coordenar e supervisionar a execução do projeto;
- Relacionar-se com as unidades das instituições financiadoras, nos termos do disposto nas condições do contrato de empréstimo e nos documentos pertinentes;
- Administrar a aplicação dos recursos financeiros na execução do projeto.

A unidade conta com um coordenador, um coordenador adjunto, dois coordenadores setoriais e um coordenador setorial adjunto.

Coordenadoria de Gestão Financeira de Empreendimento - PMU

Foi constituído de acordo com o Ato do Presidente do Metrô nº AP 073/2007, com a missão de representar a empresa junto aos organismos financeiros nacionais e internacionais e gerenciar os recursos financeiros para os empreendimentos financiados.

Em 08 de dezembro de 2020 foi publicado o Ato do Diretor Presidente nº AP-281/2020 que alterou a estrutura organizacional e atribuições de áreas de Competência da Gerência de Planejamento Financeiro - GPF, redefiniu a estrutura organizacional da Gerência de Planejamento Financeiro - GPF, subordinada à Diretoria de Finanças – DF, de Departamento de Gestão de Empreendimento – PMU, para Coordenadoria de Gestão Financeira de Empreendimento – PMU.

A equipe é constituída de um coordenador, dois especialistas, três analistas financeiros, e um auxiliar administrativo.

Gerência de Planejamento Financeiro - GPF

Em 30 de março de 2015 foi publicado o Ato do Diretor Presidente nº AP-072/2015 que alterou a estrutura organizacional em áreas de competência da Diretoria de Finanças (DF), transferiu o Departamento de Gestão Financeira de Empreendimentos - PMU, bem como sua estrutura e quadro de pessoal para a Gerência de Planejamento Financeiro (GPF).

Esse ato define atribuições de áreas de competência da Gerência de Planejamento Financeiro (GPF).

A estrutura utilizada se apresenta eficiente no que tange aos procedimentos administrativos, atividades e responsabilidades e dispõe de recursos humanos qualificados e familiarizados com as rotinas, normas e procedimentos do BID e dos órgãos governamentais intervenientes, estabelecendo sistemas de controle eficazes que ofereçam segurança necessária ao mutuário e ao BID.

Contas Bancárias/Fundos Disponíveis

O mutuário mantém uma conta designada no Bancos do Brasil para receber os depósitos decorrentes dos desembolsos do BID.

A Secretaria da Fazenda recebe os recursos da conta designada em conta operativa aberta exclusivamente para o projeto. Transfere para a Companhia do Metropolitano de São Paulo, a qual deposita em conta segregada os recursos, por onde são efetuados os pagamentos dos gastos elegíveis ao projeto.

O saldo disponível em 03 de março de 2021 estava assim composto:

Contas	R\$	Taxa de Câmbio (%)	US\$
Banco do Brasil Conta nº 8471-9 (8798-X Vinculada)	32.580.868	5,1967	6,259,530
Conta SIAFEM Linha-5 BID Exp. 8798	41.651.213	5,1967	8,014,935
Conta SIAFEM Linha-5 BID Exp. 8798 Rendimentos	806.174	5,1967	155,132

O saldo disponível dos recursos recebidos foi convertido pela taxa de internalização, visto que, a taxa de câmbio utilizada para conversão das despesas financiadas pelo empréstimo. Esse valor está de acordo com o saldo disponível, dos recursos BID, ao final do período na "demonstração de fluxo de caixa".

O saldo de rendimentos está de acordo com o disponível, de contrapartida, ao final do período na "demonstração de fluxo de caixa" e o saldo foi convertido pela taxa do dólar Bacen do dia 03 de março do ano de 2021.

Sistema de informações gerenciais

A Unidade de Coordenação do Projeto, responsável pela implementação do projeto, é capaz de elaborar relatórios de acompanhamento físico - financeiro, contábil e operacional, os quais oferecem condições de distinguir com clareza os recursos recebidos, os investimentos efetuados, controle físico-financeiro do projeto, aspectos administrativos, licitatórios, financeiros, técnicos e ambientais, cláusulas contratuais, sustentabilidade do projeto, controle e acompanhamento por fonte de recursos e usos de fundos recebidos.

A coordenação do projeto possui uma estrutura organizacional de arquivamento das documentações que dá suporte aos gastos efetuados, facilitando, dessa forma, as análises realizadas.

Execução do projeto

Conforme demonstrado nos relatórios encaminhados ao BID no decorrer do exercício de 2019, o projeto encontra-se defasado em relação ao cronograma inicial. Essa defasagem ocorre devido a diversos fatores, tais como: não liberação de frente de obras, alteração nos projetos de engenharia, baixo empenho das contratadas entre outros. Tais fatores, conjugados com a atual conjuntura econômica que atinge o país, acarretaram o prolongamento do cronograma inicialmente previsto.

Pari Passu

Até o período de 14 meses e 03 dias findo em 03 de março de 2021, a contrapartida, aplicou no programa a quantia equivalente a US\$ 143.154.077 (cento e quarenta e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, e setenta e sete dólares americanos) que representa cerca de 22,94% da participação do projeto nessa data e está dentro do Pari Passu do projeto.

Do montante aplicado, US\$155.132 (cento e cinquenta e cinco mil, e cento e trinta e dois dólares americanos) foi de recursos de rendimento de aplicações financeiras.

O valor desembolsado até 03 de março de 2021 pelo Banco monta em US\$ 476,022,398 (quatrocentos e setenta e seis milhões, vinte e dois mil, trezentos e noventa e oito dólares americanos). Esse valor está conciliado com o OPS-1.

O saldo remanescente do empréstimo monta U\$4.935.601,54 (quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e um dólares e cinquenta e quatro centavos).

Processos de aquisições e dos desembolsos efetuados para o período findo em 03 de março de 2021

A. Procedimentos e extensão dos trabalhos de auditoria do projeto

Nossos exames relativos a demonstração de fluxos do caixa e ao demonstrativo de investimentos acumulados, referentes ao período de 14 meses e 03 dias findo em 03 de março de 2021 foram executados de acordo com normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, incluíram entre outros a inspeção do registros e documentos contábeis, bem como outros procedimentos de auditoria que consideramos necessários nas circunstâncias.

Durante os exames não nos foi imposto qualquer restrição quanto aos métodos ou extensão de nossos trabalhos, tendo sido facilitado o acesso a registros e documentos, bem como prestadas todas as informações e explicações solicitadas.

O objetivo da revisão a permitir ao auditor externo, por meio do exame integrado das solicitações do desembolso e dos processos de aquisições, verificar:

- O cumprimento nos processos de aquisições de bens, obras e serviços de consultores, dos requisitos estabelecidos no contrato de empréstimo ou convênio da cooperação técnica celebrado com o Banco, inclusive o disposto no regulamento operacional ou de crédito;
- Se as solicitações de desembolso foram elaboradas e apresentadas pelo executor do acordo com os requisitos do Banco;
- Se as solicitações de desembolso estão devidamente amparadas por comprovantes de despesas fidedignos, mantidos ordenadamente nos arquivos do executor;
- Se as despesas realizadas foram devidamente autorizadas e são qualificadas para serem financiadas com os recursos do financiamento e/ou a contribuição do Banco; e
- Se as despesas e os recursos do projeto foram contabilizados correta e oportunamente pelo executor.

O trabalho desenvolvido incluiu, entre outros, os seguintes e principais procedimentos:

- A avaliação do sistema de controles internos referente ao projeto, o qual compreendeu a concepção e o funcionamento do referido sistema, os quais incluem: (i) o ambiente de controle; (ii) a avaliação de riscos. (iii) os sistemas de contabilidade e de informações: (iv) as atividades de controle; e (v) as atividades de monitoramento;
- Essa avaliação inclui, entre outros, os seguintes aspectos: (i) a capacidade institucional instalada do organismo executor referente aos recursos humanos, materiais e do sistema de informações; a (a) o sistema contábil utilizado pelo executor para o registro das transações financeiras, inclusive os procedimentos para a consolidação das informações financeiras;
- Exame das transações financeiras e dos registros contábeis para opinar se as informações financeiras (demonstrações financeiras básicas, informações financeiras complementares) do projeto são apresentadas de forma razoável e se foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, com os requisitos do Banco, e com esses termos de referência;
- Exame do cumprimento de cláusulas contratuais do caráter contábil-financeiro;

- Exame, por amostragem, da documentação comprobatória referente aos processos de aquisição de bens e contratação de obras e serviços de consultoria de forma integrada com as respectivas solicitações de desembolso apresentadas ao Banco, verificando se a documentação comprobatória está: (i) adequadamente corroborada por comprovantes fidedignos e mantida nos arquivos do executor, (ii) foi devidamente autorizada, (iii) corresponde a despesas qualificadas, de acordo com os termos do contrato de empréstimo, e (iv) foi contabilizada corretamente;
- O procedimento de visitas e inspeção, por amostragem, as obras financiadas com recursos do projeto não foi realizado devido aos impactos de COVID-19.
- Exame da aplicação dos procedimentos para registro, controle e manutenção de bens adquiridos com os recursos do projeto; e
- Confirmação nos processos de aquisições, dos seguintes aspectos. i) se as aquisições de bens, obras e serviços da consultoria, estão em conformidade com os procedimentos previstos no contrato de empréstimo e no regulamento operacional; ii) correspondem a transações com fornecedores autorizados reconhecidos, quer local ou internacional, de países membros do Banco, e sem vinculação com o executor que os coloque em conflito de interesse; iii) correspondem a aquisições completas ou se obtiveram autorização prévia do Banco para qualquer fracionamento imposto pelas circunstâncias.

Procedimentos efetuados para análise dos desembolsos e processos de aquisições

- Inspecionamos a documentação suporte dos desembolsos, atentando para sua validade, seu registro e seu arquivamento;
- Verificamos se a taxa de câmbio utilizada para registro dos desembolsos realizados no período correspondia a taxa de câmbio oficial;
- Atentamos para a inexistência de pagamentos duplicados de uma fatura ou de um contrato de fornecedores de bens ou serviços para os itens selecionados para testes;
- Verificamos se os procedimentos de seleção e de compra de bens e de contratação de obras e de serviços de consultoria foram efetuados de acordo com os previstos no contrato de empréstimo e no regulamento operacional do projeto;
- Verificamos que não houve pagamentos considerados como indevidos pelo Banco;
- Verificamos se os registros contábeis e financeiros do projeto estão integrados a contabilidade oficial da entidade;
- Verificamos se as solicitações de desembolso foram elaboradas de acordo com a guia para a preparação de pedidos de desembolso;
- Verificamos se os cálculos aritméticos nas solicitações de desembolsos estão corretos;
- Verificamos a autorização para compra apresentada pelo BID e/ou responsável pela UCP do projeto.
- Verificamos as não objeções do BID para as aquisições de bens, serviços e obras, adquiridos junto aos fornecedores de países membros do Banco.

Procedimentos licitatórios

Desenvolvimento de projeto específico para auditoria dos processos de licitação em conformidade com as “guidelines”, atendendo para os itens, entre outros, a seguir relacionados:

- Verificação dos procedimentos de licitação utilizados;
- Análise dos processos de licitação;
- Análise das propostas enviadas pelos licitantes;
- Inspeção dos “no objections” recebidos aprovando o resultado do processo licitatório;
- Leitura dos contratos celebrados para a aquisição de bens ou execução de serviços.

Compromisso para os objetivos e metas do projeto

- Obtenção de informações com os titulares responsáveis pela coordenação e execução do projeto da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, relativas ao andamento do projeto e outras questões relativas ao objeto de nossos trabalhos, as quais foram prestadas a contento;

- Algumas informações utilizadas para o desenvolvimento e preparo do relatório sobre controle interno, foram extraídas dos relatórios elaborados pelo PMU.

B - Critério de conversão de moedas (taxas e câmbio)

Os registros dos gastos do projeto são efetuados em moeda local e em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, utilizou-se o seguinte critério:

- A taxa de câmbio utilizada para conversão das despesas financiadas pelo empréstimo e a da data da internalização do recurso recebido do BID;
- Para determinar a equivalência de uma despesa paga com recursos distintos aos do Financiamento e para a qual o Mutuário solicite seu reembolso total ou parcial a débito do Financiamento, ou seu reconhecimento a débito da contrapartida local, será aplicada, à totalidade da despesa, a taxa de câmbio efetiva na data de pagamento das despesas na Moeda Local do país do Mutuário; e
- No caso de pagamentos diretos a consultores, empreiteiras, fornecedores de bens ou prestadores de serviços, aplica-se a taxa de câmbio vigente na data do respectivo pagamento.

Por meio de testes realizados, pudemos verificar que as taxas estão sendo aplicadas corretamente, e a confirmação foi efetuada através do controle de execução financeira.

C - Solicitação de desembolso

O quadro de revisão dos processos de aquisições e das solicitações de desembolsos, para o período de 14 meses e 03 dias findo em 03 de março de 2021 incluiu as Justificativas de fundo rotativo nºs 60, 61, 62, 64, 65 foram devidamente registradas no sistema do banco. A justificativa de nº 66, encontrava-se pendente de registro no sistema do banco. As solicitações de nº 59 e 63 referem-se a adiantamentos/reembolso de recursos.

D - População e amostra dos testes de auditoria

A população considerada para a realização dos testes de auditoria, no período de 01 de janeiro de 2020 a 03 de março de 2021., compreendeu os desembolsos solicitados ao BID para reposições e justificativas de gastos ao fundo rotativo, bem como, os gastos de aporte local realizados. Os testes realizados levaram em conta a materialidade apurada com base no total dos desembolsos realizados no período e com base no julgamento da auditoria, de forma que os gastos de todas as categorias fossem examinados.

Procedimentos licitatórios

Todas as licitações do programa realizadas pelo executor obedecem às rotinas administrativas do Metrô.

Os editais, termos de referência e contratos são elaborados pelo executor do projeto que realiza os procedimentos licitatórios seguindo as normas e padrões estabelecidos pelo Banco.

Nos exames realizados verificamos a documentação comprobatória das licitações, e entre outros, destacamos: autorização para abertura de licitação; edital da licitação, publicações em jornais e diários oficiais, convites e manifestações de interesses, documentações de habilitações pertinentes, propostas técnicas, financeiras e formulários específicos conforme o edital, atas e relatórios de julgamentos, critérios de julgamentos com base no edital, não objeções do Banco e contratos entre as partes.

Com base em nossos trabalhos constatamos que as contratações para o projeto estão sendo realizadas de acordo com as "Políticas para a aquisição de Bens e Contratação de Obras Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID" (GN-2349-9), e com as "Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento BID" (GN-2350-9), ambas de março de 2011.

Consideramos, com base nos testes realizados, que todos os procedimentos dos processos licitatórios, mencionados abaixo, foram executados de acordo as políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID:

2020

Processo N°	Contrato N°	Objeto	Empresa Vencedora	Valor R\$	Critério de Avaliação
10014619	1001461901	Realização de Pesquisa "Ex-post", com população impactada em virtude das obras de implantação dos empreendimentos da Companhia Metropolitana de São Paulo - Metrô Linha 4 - Amarela, Linha 5 - Lilás, Linha 15 - Prata, e 17 Ouro.	Oficina Engenheiros Consultores Associados Ltda	240.944,61	Técnica e Preço
10015065	1001506501	Fornecimento de veículo trator multiuso para manutenção de Via Permanente da Companhia Metropolitana de São Paulo - Metrô.	Consórcio Zumm-Atlas	3.323.525,92	Técnica e Preço

Prorrogação dos desembolsos/contratos de empréstimos

Em 03 de fevereiro de 2021 foi acordado entre a Companhia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), via reunião virtual, que este relatório contemplaria o período de 01 de janeiro de 2020 a 03 de março de 2021.

Em 10 de fevereiro de 2021 foi assinado o 5º Instrumento de alteração contratual ao acordo de empréstimos nº2305/OC. As principais alterações foram as seguintes:

- Remanejamento entre categorias, possibilitando mais um ressarcimento das despesas decorrentes dos processos de desapropriação para a implantação da Linha 5;
- Remanejamento de recursos entre categorias de gastos do projeto, conforme quadro abaixo:

Categorias de Inversão	BID	LOCAL	Total do Projeto	%
1 -MATERIAL RODANTE	-	767.400,00	767.400,00	0,12%
1.2. Supervisão	-	767.400,00	767.400,00	0,12%
1.2.2. Supervisão e acompanhamento 26 trens	-	767.400,00	767.400,00	0,12%
2 -SISTEMAS METROVIÁRIOS	211.850.200,24	103.385.690,00	315.235.890,24	50,51%
2.1 Telecomunicações e Controle	19.651.504,36	2.841.000,00	22.492.504,36	3,60%
2.2 Alimentação Elétrica	91.375.252,00	57.193.690,00	148.568.942,00	23,81%
2.3 Sistemas Auxiliares	100.823.443,88	571.000,00	101.394.443,88	16,25%
2.4. Supervisão de Sistemas	-	42.780.000,00	42.780.000,00	6,85%
3 -FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	200.927,00	550.000,00	750.927,00	0,12%
3.1. Monitoramento do Impacto sobre a População	-	550.000,00	550.000,00	0,09%
3.2. Outros Estudos - Serviços de Assessoramento na elaboração da modelagem Financeira de concessão	185.550,00	-	185.550,00	0,03%
3.3. Pesquisa Ex-post	15.377,00	-	15.377,00	0,00%
4. OBRAS CIVIS	268.515.613,68	38.401.310,00	306.916.923,68	49,18%
4.1. Obras Civis	127.401.313,08	38.401.310,00	165.802.623,08	26,57%
4.2. Desapropriação	141.114.300,60	-	141.114.300,60	22,61%
5. AUDITORIA	391.259,08	36.000,00	427.259,08	0,07%
Totais	480.958.000,00	143.140.400,00	624.098.400,00	
Porcentagens	77,1%	22,9%	100,0%	

Controles internos

O controle interno se realiza por meio da execução de procedimentos descritos abaixo, testados por nós, os quais o executor leva em consideração os seguintes aspectos:

- Que todos os recursos fornecidos ao programa tenham sido usados, contabilizados e classificados de acordo com os respectivos termos do contrato de empréstimo em questão;
- Que todas as transações relacionadas ao programa estejam refletidas nos demonstrativos financeiros e que essas tenham sido emitidas de acordo com procedimentos, princípios e normas aplicáveis;
- Que os bens e serviços financiados tenham sido adquiridos de acordo com os termos do contrato de empréstimo;
- Que todos os documentos comprobatórios e de suporte dos gastos do programa, bem como todos os registros e contas sejam disponibilizados para exame dos auditores. Deverá haver uma clara conexão entre os documentos contábeis e os relatórios apresentados ao Banco;
- Que a Special Account seja mantida de acordo com as respectivas disposições do contrato de empréstimo;
- Que tenham sido cumpridas todas as cláusulas de caráter contábil-financeiro-gerencial, do contrato de empréstimo em discussão, bem como leis e disposições oficiais;
- Que os gastos submetidos ao BID para reembolso, constantes nas declarações de gastos, sejam elegíveis;
- Que as recomendações feitas nos relatórios de auditoria anteriores, assim como a carta de revisão dos mesmos pelo Banco, tenham sido observadas.

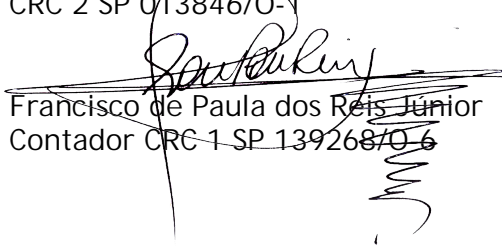
Conclusão

As informações produzidas pelos sistemas oficiais do executor são consistentes e são disponibilizadas ao PMU que por sua experiência permite um bom controle das informações, reduzindo a um nível relativamente baixo a ocorrência de erros ou irregularidades em valores que poderiam ser significativos em relação às demonstrações financeiras do programa. Uma deficiência significativa é uma condição que merece ser informada, em que a concepção ou a operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz, a um nível relativamente baixo, o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades, em valores que poderiam ser significativos em relação às demonstrações financeiras do programa e, que poderiam não ser detectados oportunamente pelos empregados no desempenho normal das funções para as quais foram designados.

São Paulo, 31 de março de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6